

Economia Social e Solidária

Participação das mulheres em cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina

Women's participation in family farm cooperatives in Santa Catarina

João Guilherme Leite¹ , Luana Koling Lorenzi¹ 

¹ Universidade Federal da Fronteira Sul , Chapecó, SC, Brasil

RESUMO

A igualdade de gênero está entre as prioridades dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas até 2030, como foco na redução da pobreza, conservação ambiental e justiça social em regiões como o Brasil. Neste estudo, o principal objetivo é caracterizar a participação e contribuição das mulheres na gestão de cooperativas da agricultura familiar no estado de Santa Catarina. A coleta de dados foi realizada com dirigentes e/ou lideranças de cooperativas da agricultura familiar entre dezembro de 2019 e agosto de 2020. Os resultados indicam que é insuficiente a participação feminina na gestão da cooperativa, seja no conselho de administração, fiscal ou na assembleia geral. Apesar da baixa participação, as cooperativas reconhecem que as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades econômicas desenvolvidas, com destaque para hortifrutigranjeiros, agroindústria e leite. A contradição entre o papel da mulher na etapa produtiva (agrícola) e decisória (cooperativa) é um indicativo de desigualdade de gênero nas cooperativas estudadas.

Palavras-chave: Ações coletivas; Desenvolvimento rural; Igualdade de gênero

ABSTRACT

Gender equality is among the priorities of the United Nations Sustainable Development Goals until 2030, with a focus on poverty reduction, environmental conservation, and social justice in regions like Brazil. In this work, the main objective is to characterize the participation and contribution of women in the management of family farm cooperatives in the state of Santa Catarina. Data collection was conducted with directors and/or leaders of family farm cooperatives between December 2019 and August 2020. The results indicate that there is insufficient female participation in the management of the cooperative, whether on the board of directors, fiscal council, or general assembly. Despite the low participation, cooperatives recognize that women are behind main economic activities, such as horticultural production, agroindustries and dairy products. The contradiction between women's role in production

(agricultural) and decision-making (cooperative) stages is an indication of gender inequality in the studied cooperatives.

Keywords: Collective action; Rural development; Gender equality

1 INTRODUÇÃO

Em setembro de 2015, durante reunião das Nações Unidas, foi criada a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, a qual consiste em um plano de ações com foco na redução da pobreza, segurança alimentar e a conservação ambiental (UNDP, 2016).

A agenda para 2030 inclui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável, sendo o 5º objetivo a igualdade de gênero e empoderamento feminino, ou seja, entende-se que para alcançar o desenvolvimento sustentável é fundamental promover a igualdade entre homens e mulheres.

De acordo com OIT (2017), a igualdade de gênero poderia gerar 204 milhões de empregos no mundo até 2025 e um aumento de 3,9% no produto interno bruto (PIB) mundial, principalmente em países emergentes, onde a desigualdade de gênero é maior.

No Brasil, as mulheres rurais conquistaram direitos trabalhistas como aposentadoria e salário maternidade somente a partir de 1990 (AIMTR-SUL, 1994). Conforme dados do IBGE (2014), as mulheres trabalham três horas por semana a mais do que os homens e, mesmo com nível educacional mais alto, ganham menos. Na agricultura é comum às mulheres dupla ou tripla jornada de trabalho (PAULILO, 1987). Mesmo realizando inúmeras atividades dentro unidade familiar, elas não têm acesso a renda gerada pelo seu trabalho e não participam das decisões sobre a gestão da propriedade rural, o que compromete sua autonomia pessoal e financeira (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011). Paulilo (2003) afirma que o trabalho, remunerado ou não, possui grande relevância para o pensamento feminista. Sendo o trabalho remunerado o caminho para a independência e autonomia da mulher. A partir do momento que as mulheres passam a questionar sua condição social no espaço rural, elas conseguem

elaborar estratégias para tentar mudar sua realidade (NOVELLINO, 2004; STROPASOLAS, 2004).

O cooperativismo pode ser uma ferramenta para a superação desta condição social, através do empoderamento da mulher em atividades capazes de gerar renda e, conseqüentemente, autonomia financeira (SALVARO *et al* , 2014).

Pesquisa realizada em cooperativas da agricultura familiar da região Sul de Santa Catarina mostrou que a participação feminina tem aumentado (ESTEVAM, LAZARINI & KULKAMP, 2011). Contudo, os dados do censo agropecuário revelam que 91% dos estabelecimentos agropecuários brasileiros associados em cooperativas são chefiados por homens (IBGE, 2017).

Este estudo pretende caracterizar a participação e contribuição das mulheres na gestão de cooperativas da agricultura familiar no estado de Santa Catarina, tendo como foco a igualdade de gênero como fermenta para superação das dificuldades expostas acima, as quais as mulheres enfrentam ao longo da história. Estas informações podem contribuir para a compreensão da relação da mulher agricultora com a tomada de decisões e sua autonomia dentro e fora da propriedade rural.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Agricultura familiar

A agricultura familiar é aquela em que a gestão, da propriedade e a maior parte do trabalho vem de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou matrimônio (ABRAMOVAY, 1997).

A lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (BRASIL, 2016) considera agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; tenha percentual

mínimo da renda familiar originada de atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; e dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Segundo Schneider (2003, p. 29), a emergência da expressão agricultura familiar ocorreu no início da década de 1990. No campo político o termo passou a ser utilizado pelos movimentos sociais, especialmente o sindicalismo rural ligado à Central Única dos Trabalhadores (CUT). No campo científico, a agricultura familiar passou a ser utilizada para caracterizar um grupo específico de agricultores em trabalhos acadêmicos.

Até o início da década de 1990 os agricultores familiares não contavam com nenhum tipo de política pública adaptada a sua realidade. A criação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996, foi uma grande conquista para os agricultores e agricultoras que até então eram negligenciados e não possuíam acesso a diversos serviços oferecidos pelo sistema financeiro nacional (MATTEI 2014).

Segundo os dados do censo agropecuário (IBGE, 2017), a agricultura familiar representa 77% dos estabelecimentos agrícolas do Brasil, ocupando apenas 23% da área agricultável e respondendo por 23% do valor total da produção agropecuária.

2.2 Cooperativismo

Sabe-se que a Revolução Industrial com a mecanização e modernização tornou o trabalho muito mais eficiente. No entanto, este processo gerou desemprego, nas funções em que o homem foi substituído pela máquina, e condições precárias de trabalho nos centros urbanos.

Segundo Sabourin (2006), o movimento cooperativista teve início no século XIX com o objetivo de buscar soluções para os problemas socioeconômicos da época, oriundos do liberalismo econômico e da Revolução Industrial. Nesta fase, as dificuldades para aprovação de acordos de trabalho eram imensas, gerando opressão, baixos salários e péssimas condições de trabalho, particularmente pela utilização de mão de obra infantil e jornada de trabalho de 16 horas por dia (REISDORFER, 2014).

De acordo com Leal (2013), o movimento cooperativista surge em 1844 em Manchester, Inglaterra, com os pioneiros de Rochdale, onde 28 operários (27 homens e uma mulher), na sua maioria tecelões, fundaram a primeira cooperativa moderna (Sociedade dos Probos de Rochdale).

O êxito obtido pelos tecelões de Rochdale foi de extrema importância para a formação de inúmeras outras cooperativas (FARIAS, 2013), e colaborou para que empreendimento sobrevivesse às duas grandes guerras e se tornasse símbolo do cooperativismo, tanto que seus princípios são seguidos até hoje pelas cooperativas no mundo todo (REISDORFER, 2014).

Para Lauschner (1994), o cooperativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital. Desta forma, tornando-se uma alternativa para inclusão dos agricultores em um mundo globalizado e competitivo (PIRES, 2010).

No Brasil, o cooperativismo surgiu no final do século XIX com a criação da primeira cooperativa de consumo no estado de Minas Gerais na cidade de Ouro Preto. Após esta iniciativa, outros Estados como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, e Rio Grande do Sul também foram a cede das primeiras cooperativas criadas no Brasil (BALDISSARELL, 2018).

Gianezini (2010) afirma que o cooperativismo possui um importante papel no mundo, pois consiste em uma ferramenta de mudança e de oportunidade para muitos produtores rurais. As cooperativas agrícolas, não apenas se tornaram o elo entre a agricultura familiar e os sistemas modernos de produção, mas também articularam produtores, instituições públicas de fomento e mercado consumidor (SABOURIN, 2006).

Desta forma, o papel do cooperativismo na agricultura tem sido reconhecido, por oferecer estabilidade e segurança para os agricultores familiares que enfrentam com muita dificuldade os desafios competitivos apresentados pelo dinamismo do mercado agrícola moderno (ANDRADE E ALVES, 2013). Nesse sentido, Pires (2010) afirma que as cooperativas são concebidas pela sua capacidade de organizar o espaço

e a produção rural, dessa forma potencializam as vantagens competitivas da agricultura familiar.

Em 2021, Santa Catarina registrou 255 cooperativas, sendo 48 do ramo agropecuário. Neste ano, a receita total das cooperativas agropecuárias alcançou 48,8 bilhões de reais (71% do total). O segmento consolidou-se na liderança dos empreendimentos cooperativos do estado, particularmente quanto ao faturamento, arrecadação de impostos e número de pessoas empregadas (OCESC, 2022). Conquanto, é importante destacar que os dados da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC) não correspondem a integralidade do cooperativismo no estado. Muitas cooperativas não estão filiadas à OCECSC (p.ex. as descritas neste estudo) e, portanto, não compõe as estatísticas do estado e do país (i.e. Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB).

2.3 Igualdade de gênero

A palavra sexo refere-se às diferenças biológicas que existem entre homens e mulheres. Gênero, por sua vez, é compreendido como às diferenças socialmente construídas em atributos e oportunidades associadas com o sexo feminino ou masculino e as interações e relações sociais entre homens e mulheres (IBGE, 2018).

Para Arzabe (2018), gênero pode ser compreendido como as relações, papéis, comportamentos, atividades e atributos de uma determinada sociedade, que ocorrem em determinado tempo e espaço, os quais são considerados adequados ou não para mulheres e homens, sendo um conceito variável no tempo e no espaço.

Segundo Gaspareto (2009), as relações de gênero estabelecem relações de poder que podem ser evidenciadas pela divisão e organização do trabalho agrícola, no acesso a renda, entre outros.

Quando pensamos sobre gênero no meio rural, podemos observar que ocorreram muitos avanços e conquistas ao longo do tempo, porém ainda há muitos obstáculos a serem ultrapassados como, por exemplo, a dependência financeira e a

hegemonia ideológica dos homens (ALLEN, 2002), a associação do trabalho agrícola ao sexo masculino (BRANDTH, 2006), além dos obstáculos naturalizados pela família, comunidade e pela própria mulher (SUÁREZ, 2008).

A inserção da mulher no mercado de trabalho ocorreu de forma gradual e progressiva e, em algumas regiões desenvolvidas, a mulher tem uma importante participação em vários ramos da economia (LEAL, 2013).

No entanto, a participação feminina no mercado de trabalho não ocorre de maneira igualitária, pois existe segundo Kergoat (2009) uma divisão sexual do trabalho, onde verifica-se a separação entre o trabalho realizado pelo homem e o trabalho realizado pela mulher, sendo que as atividades realizadas pelos homens são consideradas produtivas e as realizadas pelas mulheres são consideradas reprodutivas.

Para Leal (2013), apesar de a mulher exercer as mesmas funções que o homem, seja na cidade ou no campo, seu trabalho vale menos e é considerado apenas como complemento da renda familiar.

Frequentemente, o trabalho realizado pelas mulheres na agricultura não é reconhecido. De acordo com De Heredia e Cintrão (2012), as mulheres se responsabilizam pela horta (quintal) e animais de pequeno porte destinados ao autoconsumo da família. Por não gerarem moeda (embora tenham valor econômico), são menos valorizados (LEAL, 2013).

De acordo com Marcone (2009), mesmo as mulheres realizando a maioria do trabalho na agricultura e serem as produtoras da maior parte dos alimentos consumidos, ainda assim o trabalho realizado por elas não é reconhecido, sendo que estas detêm menos de 2% das terras cultiváveis, recebem somente 1/3 da renda mundial.

Na região de Devon (Reino Unido), Gasson, Shaw e Winter (1992) descobriram que, mesmo quando o marido possui emprego não-agrícola e, quem trabalha no estabelecimento rural é a mulher, está ainda não participa da toma as decisões relacionadas a gestão da unidade de produção. A participação da mulher nas decisões

importantes da propriedade só aumenta quando ela e o marido trabalham fora do estabelecimento rural (PAULILO, 2003).

Nos anos 1970 ocorreu na Europa uma reação das mulheres rurais à dureza do trabalho agrícola. Dez anos mais tarde, mudanças no sentido da valorização das mulheres enquanto profissionais da agricultura puderam ser percebidas. No Brasil, esta mudança também foi observada com a criação do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) (PAULILO, 2003).

De acordo com Leal (2013), muitos esforços vêm sendo feitos para aumentar a participação da mulher no setor do cooperativismo, um exemplo disso, é que em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional, que representa o cooperativismo mundialmente, criou o Programa de Ação Regional para as Mulheres da América Latina e do Caribe. Outra iniciativa para aumentar a participação da mulher no cooperativismo ocorreu em 2004 com a criação da Coopergênero, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (LEAL, 2013).

Esforços para alcançar igualdade de gênero também vêm sendo feitos dentro da Embrapa, em um levantamento realizado em 2016, identificou-se que apenas 30% do seu quadro é feminino. Desde então, esforços vêm sendo realizados para mudar esta realidade no quadro de funcionários (ARZABE, 2018).

O exposto acima condiz com as observações de outros autores, como Rigolin *et al.* (2013) e Cunha *et al.* (2014) que identificaram certas áreas do conhecimento como sendo tipicamente masculinas no Brasil, como é o caso das ciências agrárias.

3 METODOLOGIA

Este estudo foi desenvolvido com cooperativas da agricultura familiar de cinco mesorregiões do estado de Santa Catarina, sendo estas Oeste, Norte, Serrana, Vale do Itajaí e Sul. A única região do estado sem representação de cooperativas é Grande Florianópolis.

Todas as cooperativas convidadas para participar da pesquisa são do ramo agropecuário e pertencem à agricultura familiar (1º critério de seleção). Cooperativas em diferentes regiões do estado (2º critério de seleção) foram convidadas para participar da pesquisa por e-mail. A lista de cooperativas convidadas inclui as que participaram do projeto de extensão da UFFS “Terra Solidária, multiplicando ações e sujeitos sociais”, com vigência entre 2017 e 2019 e as filiadas à União Nacional de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária de SC (Unicafes-SC). Previamente ao envio dos convites, a coordenadora do projeto de extensão, assim como o diretor presidente da Unicafes SC foram consultados e concordaram com o compartilhamento dos endereços de e-mail das cooperativas.

Entre novembro de 2019 e julho de 2020, cerca de 44 cooperativas foram convidadas para participar da pesquisa. Destas, 14 responderem ao questionário (Tabela 1).

Tabela 1 – Número de cooperativas entrevistadas por município e região do estado de Santa Catarina

Número de cooperativas	Município	Região
2	Chapecó	Oeste
1	Quilombo	Oeste
1	Lebon Régis	Oeste
1	Dionísio Cerqueira	Oeste
1	Coronel Martins	Oeste
1	Jaraguá do Sul	Norte
1	Lages	Serrana
1	São Joaquim	Serrana
1	Dona Emma	Vale do Itajaí
1	Taió	Vale do Itajaí
1	Jaguaruna	Sul
1	Braço do Norte	Sul
1	Forquilha	Sul

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

A coleta de dados foi realizada entre dezembro de 2019 e agosto de 2020, com a utilização de um questionário online, elaborado através de uma lista de perguntas semiestruturadas aos dirigentes e/ou lideranças das cooperativas.

As entrevistas foram compostas por questões objetivas e descritivas contendo a descrição das cooperativas, perfil dos agricultores associados, participação das mulheres e suas relações com a cooperativa.

Segundo Bonni e Quaresma (2005), neste tipo de entrevista o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, com o objetivo de delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados.

A sistematização e análise das respostas colhidas foram realizadas com o auxílio de planilhas digitais e estatística descritiva (média, desvio padrão, mediana etc.), com o objetivo de identificar padrões e tendências que levaram a determinadas respostas e pôr fim a correlação entre o perfil das cooperativas e sistemas de produção com a participação da mulher na gestão e tomada de decisão.

Cabe destacar que as informações coletadas dizem respeito, exclusivamente, aos empreendimentos estudados (i.e., cooperativas da agricultura familiar), sendo estas de natureza pública. O que exclui a necessidade de tramitação no Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/UFFS), de acordo com o previsto no Parágrafo Único do Art. 1º da Resolução Nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (BRASIL, 2016). Mesmo assim, foi adicionado ao questionário um prefácio desenvolvido a partir do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido da UFFS, com informações sobre os objetivos da pesquisa, duração do questionário, não obrigatoriedade de resposta e a confidencialidade das informações compartilhadas.

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Características gerais das cooperativas

De acordo com as informações obtidas, a maior parte das cooperativas entrevistadas localizam-se ao Oeste do estado, representando 42,85% do total. As demais, 7,14% localizam-se no Norte, 14,29% na Serra, e no Vale do Itajaí e 21,43 no Sul do estado (Tabela 2).

Tabela 2 – Distribuição e frequência (%) de cooperativas entrevistadas

Região	Número de cooperativas	Frequência (%)
Oeste	6	42,85
Norte	1	7,14
Serrana	2	14,29
Vale do Itajaí	2	14,29
Sul	3	21,43
Total	14	100,00

Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Pelo ano de fundação, as cooperativas têm entre 6 e 25 anos (Tabela 3). A maioria foi fundada entre o final da década de 1990 e o início da década de 2000. Esta mesma tendência de crescimento também pode ser verificada quando analisamos os números de cooperativas filiadas a maior entidade representativa do cooperativismo brasileiro – a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB). No ano de 1990, a OCB possuía 3.440 cooperativas afiliadas, número que saltou para 7.026 cooperativas em 2001, apresentando um crescimento de 104% ao longo da década de 1990 (SILVA, 2003).

Entre 1996 e 2000, a média anual de novas cooperativas foi de 2.193, muito superior à média de crescimento entre 1990 e 1995, que foi da ordem de 615 novas organizações por ano. Este fato é atribuído ao cenário econômico brasileiro que se instalou a partir de 1994, com o processo de estabilização monetária (Plano Real). Neste

período, também contribuiu a expansão da terceirização das atividades públicas e privadas por meio das cooperativas (SILVA, 2003).

Tabela 3 – Ano de fundação e proporção de cooperativas

Ano de fundação	Número de cooperativas	Proporção de cooperativas (%)
1995	1	7%
1999	2	14%
2003	1	7%
2004	2	14%
2006	1	7%
2009	2	14%
2010	1	7%
2011	2	14%
2013	1	7%
2014	1	7%
Total	14	98%

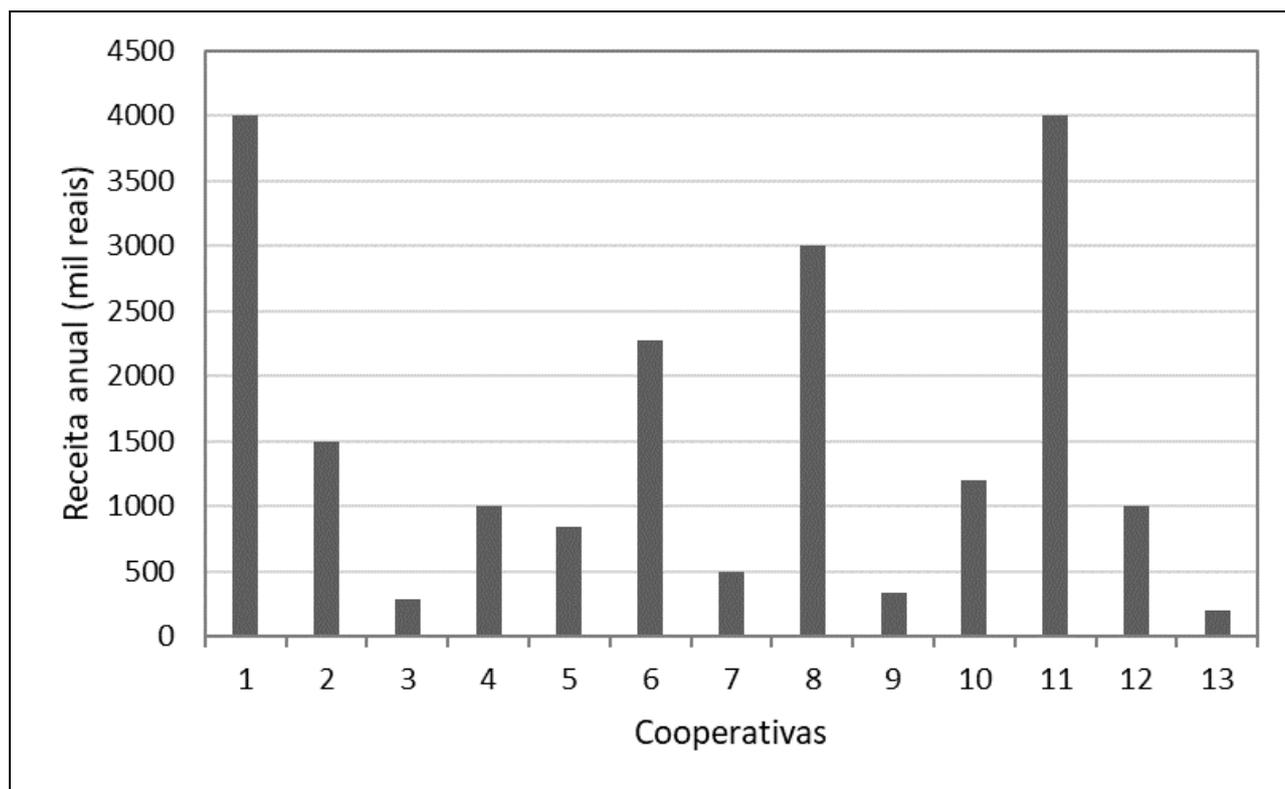
Fonte: elaborado pelos autores (2020)

A Figura 1 demonstra que a grande maioria das cooperativas obtém receita anual igual ou inferior a um milhão de reais (e máximo de quatro milhões). O que é relativamente baixo, uma vez que grandes cooperativas agroindustriais de Santa Catarina alcançam faturamento superior a um bilhão de reais (OCESC, 2022). No entanto, vale destacar que o faturamento em si não é suficiente para medir o sucesso de um empreendimento cooperativo. Mas sim o impacto promovido sobre a geração de renda e o desenvolvimento técnico e social dos agricultores e da comunidade onde a cooperativa se insere (CHAYANOV, 2017).

De acordo com Ferreira e Braga (2004), as cooperativas agropecuárias possuem um papel muito importante no sentido econômico e social, pois fornecem aos agricultores alternativas de agregação de valor à produção rural e inserção destes em mercados.

Ao avaliar a situação econômica e financeira de uma cooperativa é importante considerar que as cooperativas são organização sem fins lucrativos, e assim, possuem uma lógica econômica diferente para o seu funcionamento (NETO e NEGANO, 2006).

Figura 1- Receita anual média das cooperativas

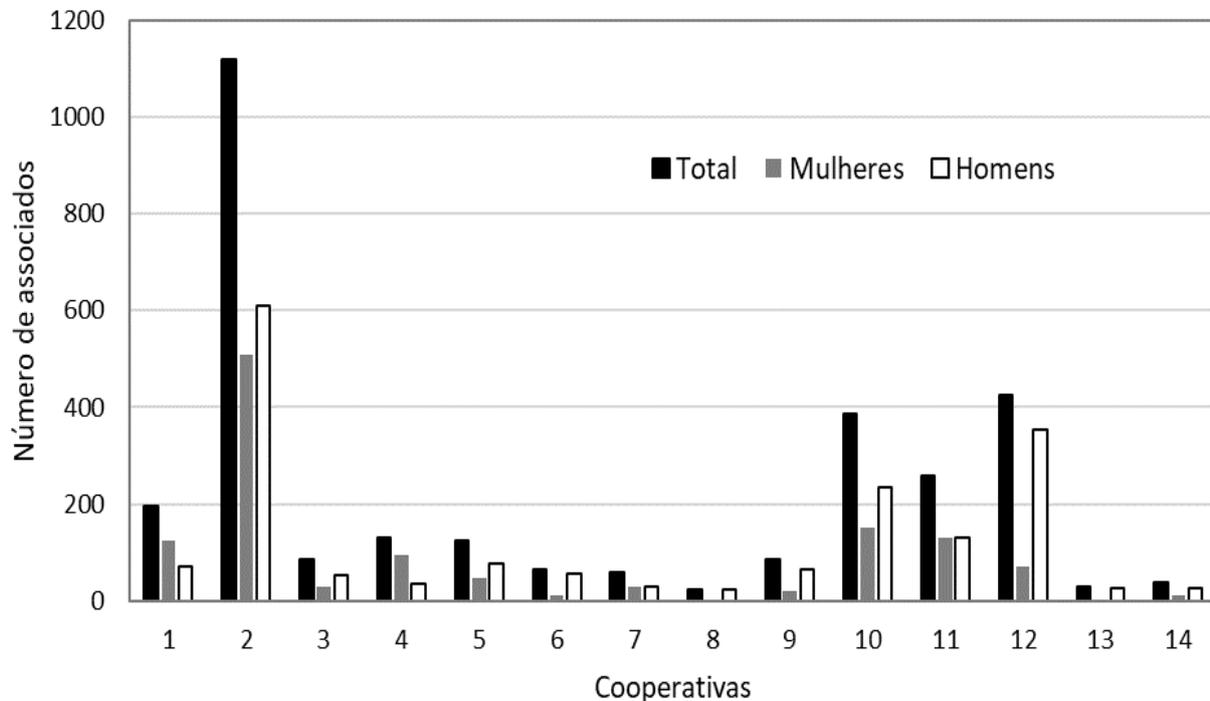


Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Nota: uma cooperativa não obteve faturamento por impedimentos administrativos

A Figura 2 demonstra que das 14 cooperativas estudadas, 11 possuem mais homens do que mulheres em seu quadro de associados. Duas cooperativas apresentam maior participação feminina e uma apresenta igualdade entre o número de associados homens e mulheres.

Figura 2 – Número de associados homens, número de associadas mulheres e número total de associados



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Em média, a prevalência de homens entre as cooperativas entrevistadas é de 63% contra 37% das mulheres (Tabela 4). A participação insuficiente de mulheres também é evidenciada nos dados da OCESC (2018). Dos 71.629 associados nas cooperativas agropecuárias, apenas 7.375 são mulheres, ou seja, apenas 10,29% do total de associados. No entanto, a participação das mulheres apresenta modesta tendência de crescimento, com o incremento de 5,49% entre 2017 e 2018.

Segundo De Oliveira (2018), o cooperativismo é uma importante ferramenta para empoderamento das mulheres, logo a baixa participação destas nestes espaços compromete sua autonomia.

Tabela 4 – Número de associados, participação absoluta e relativa de mulheres e homens

Cooperativas	Número de associados	Participação absoluta		Participação relativa	
		Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
1	197	125	72	63%	37%
2	1118	508	610	45%	55%
3	84	30	54	36%	64%
4	130	95	35	73%	27%
5	125	48	77	38%	62%
6	66	10	56	15%	85%
7	60	30	30	50%	50%
8	23	0	23	0%	100%
9	85	20	65	24%	76%
10	385	150	235	39%	61%
11	259	126	133	49%	51%
12	424	72	352	17%	83%
13	30	11	19	37%	63%
14	38	11	27	29%	71%
Média	216	88	128	37%	63%

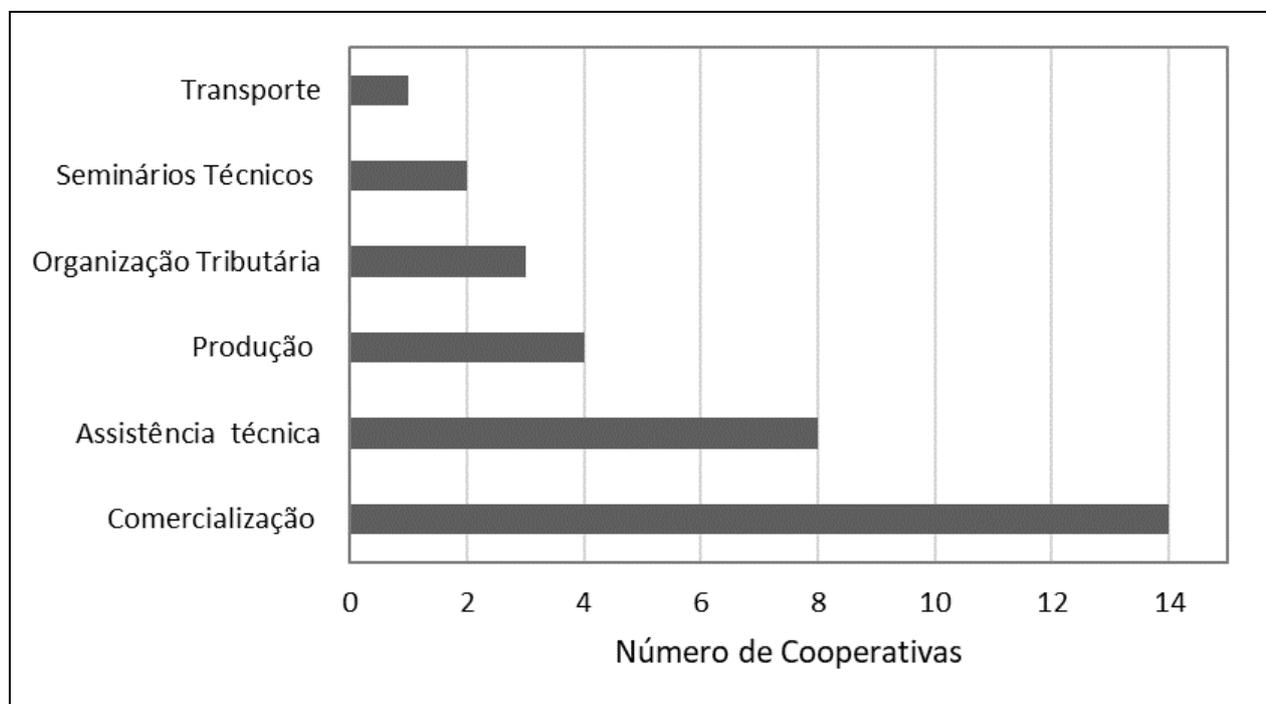
Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Como pode ser observado na Figura 3, o principal serviço prestado pelas cooperativas é a comercialização dos produtos da agricultura familiar (14 cooperativas). Este é um serviço essencial para o estabelecimento de relações comerciais entre agricultores familiares e diversas cadeias de distribuição de insumos e produtos agrícolas (p.ex. alimentos), assim como mercados institucionais como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (PRESNO, 2001).

Outro serviço importante é assistência técnica, realizado por oito cooperativas. Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) na agricultura familiar são ferramentas importantes para qualificar a tomada de decisão, auxiliando os agricultores a vencerem obstáculos produtivos e promover a geração de renda, principalmente na agricultura familiar (BRASIL, 2010).

Outros serviços prestados pelas cooperativas, mas que aparecem com menos frequência são: produção, organização, seminários técnicos e transporte.

Figura 3 – Principais serviços prestados pela cooperativa



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Os principais produtos comercializados pelas cooperativas são os hortifrutigranjeiros (Figura 4). A horticultura é uma atividade muito comum entre os agricultores familiares, a principal vantagem está na relação entre a mão de obra familiar e renda relativamente alta proporcionada pelo cultivo de olerícolas (SILVA, 2017).

Segundo Melo e Vilela (2007), no Brasil as propriedades familiares que possuem menos de 10 hectares são as responsáveis pela maior parte da produção de hortaliças (60%), a atividade exige altos investimentos, porém permite a obtenção de produtividade e renda relativamente elevadas quando comparada ao cultivo de grãos.

A fruticultura também traz benefícios para o agricultor através da diversificação da produção, autoconsumo (in natura) e transformação pela agroindustrialização para a venda (p.ex. geleias, doces, compotas, sucos). Nestes

mercados, os agricultores têm maior autonomia quando comparados aos sistemas de integração de aves e suínos por exemplo (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013). As frutas que apareceram com maior frequência nas entrevistas foram maçã, laranja e morango.

Os hortifrutigranjeiros são seguidos pelos panificados (massas e biscoitos), geleias e doces, os quais são comercializados por oito e sete cooperativas, respectivamente. Os alimentos processados possuem maior valor agregado e por isso são uma importante fonte de renda. Uma característica importante no caso das geleias e doces é o reaproveitamento das frutas que não são comercializadas in natura (p.ex. falta de qualidade estética), agregando valor e reduzindo perdas.

Por meio das agroindústrias familiares o agricultor além de ser o fornecedor da matéria prima ainda é aquele que a transforma, podendo assim comercializar os seus produtos de origem vegetal ou animal (AMORIN e STADUTO, 2008).

A agroindústria é uma importante forma de tornar a agricultura familiar mais competitiva, através da diferenciação dos produtos é possível incrementar a renda da família e aproveitar excedentes de produção (MIOR, 2005; NEUMANN *et al.* , 2007). Em pesquisa realizada por Wesz Jr., Trentin e Filippi (2008) com agroindústrias familiares, 60% das famílias que realizam o processamento da produção destacam a melhoria da renda como principal benefício agroindustrialização.

O agricultor familiar, por sua vez encontra dificuldade em se organizar para legalizar seu empreendimento e colocar seus produtos no mercado regional, nacional e para exportação (AMORIN e STADUTO, 2008). Neste cenário, o papel das cooperativas agropecuárias é de extrema importância para a organização e inserção destes agricultores no mercado.

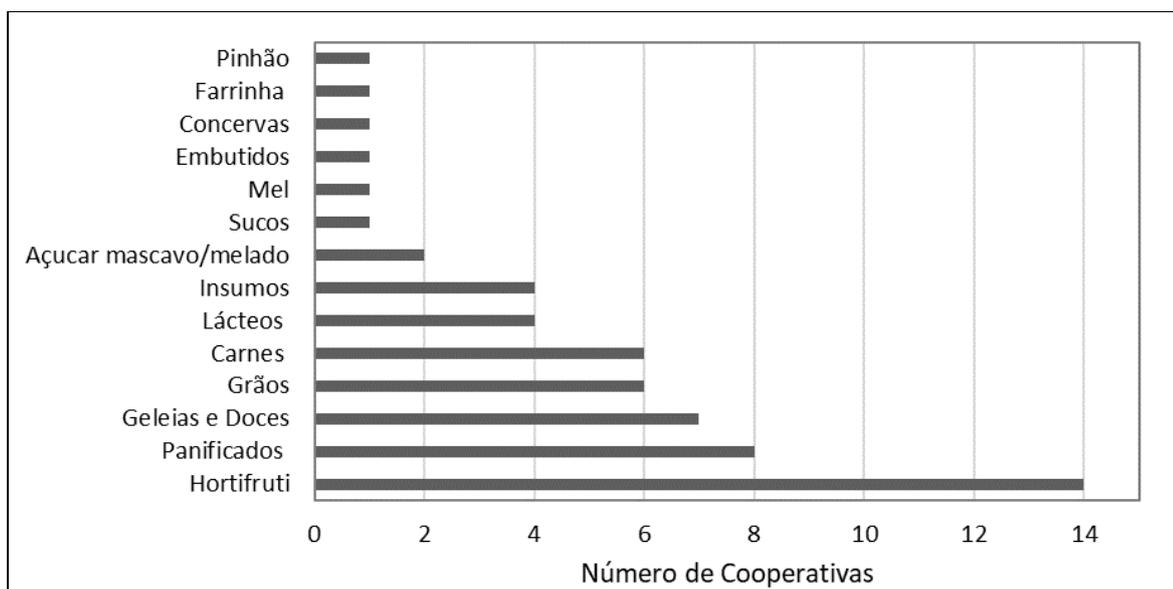
Entre as 14 cooperativas entrevistadas, seis fazem a comercialização de grãos sendo os principais o feijão e o arroz. A carne é um produto que também tem destaque na comercialização, estando presente em seis das 14 cooperativas, com destaque para a carne bovina, suína e de peixe.

A comercialização de produtos lácteos está presente em quatro das 14 cooperativas, com destaque ao papel das agroindústrias no processamento de leite e seus derivados. O processamento do leite gera produtos (queijos, nata, manteiga, iogurte) que servem ao autoconsumo ou a comercialização (GAZOLLA e SCHNEIDER, 2013). Além de garantir fluxo de caixa mensal aos (FERRARI *et al* , 2005).

A comercialização de insumos, como produtos veterinários, sementes e fertilizantes ocorrem em quatro das 14 cooperativas. Outros produtos também são comercializados pelas cooperativas, mas em menores quantidades entre eles estão açúcar mascavo, melado, sucos, mel, embutido, conservas, farinhas e pinhão.

Os produtos comercializados pelas cooperativas aqui citados, refletem nas atividades que são desenvolvidas pelos seus cooperados.

Figura 4 – Principais produtos comercializados pela cooperativa



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

No que diz respeito aos principais mercados para venda dos produtos, podemos observar na Figura 5 que um dos mercados mais importantes (para 12 cooperativas) é o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), o qual tem como objetivo fornecer alimentação escolar para alunos da educação básica, contribuindo para o desenvolvimento, aprendizagem e alimentação saudável (FNDE, 2014). O programa prevê que no mínimo 30% dos repasses financeiros do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE) sejam destinados a compra de alimentos produzidos pela agricultura familiar.

Durante a pandemia, com a suspensão das aulas, muitas cooperativas da agricultura familiar tiveram problemas na distribuição e comercialização dos seus produtos. Tal condição resultou na publicação da Lei no 13.987/2020 (BRASIL, 2020), que autoriza a distribuição de alimentos adquiridos com recursos do PNAE aos pais ou responsáveis dos estudantes das escolas públicas de educação básica, durante o período de suspensão das aulas.

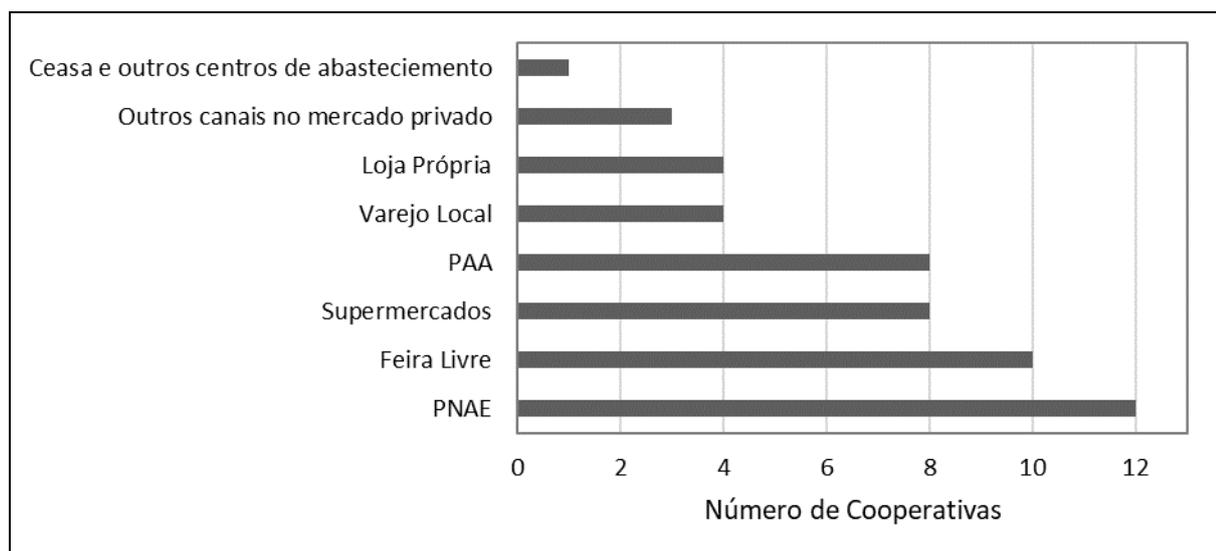
Vendas no varejo (supermercados) também foram apontadas por 12 cooperativas. Por serem amplamente distribuídos e por representarem um dos principais mercados para compra de alimentos em centros urbanos, os supermercados são muito atrativos quando se trata das estratégias de comercialização das cooperativas (MARTINS, MARGARIDO, BUENO, 2007).

Outro mercado importante (indicado por dez cooperativas) são as feiras livres, que são espaços que possibilitam a venda direta, dos agricultores para os consumidores, além de representarem oportunidades para socialização e fortalecimento da identidade regional e cultural (PEREIRA; BRITO; PEREIRA, 2017).

O Programa de Aquisição de alimentos (PAA) também é um importante mercado para venda de produtos agrícolas, estando presente em oito cooperativas. O PAA realiza a compra de produtos da agricultura familiar e os destina para o abastecimento de públicos em vulnerabilidade social (TRICHES; SCHABARUM; GIOMBELLI, 2016). Segundo Gazolla (2004), o programa fomenta a produção e o consumo de alimentos regionais. Trazendo como consequência o resgate e a preservação de muitos costumes, hábitos e culturas regionais que vão sendo perdidos na medida que a agricultura vai se modernizando.

Com menor importância, também foram citados mercados como loja própria, canais no mercado privado, Ceasa e outros centros de abastecimento também foram citados (Figura 5).

Figura 5 – Principais mercados para venda de produtos agrícolas



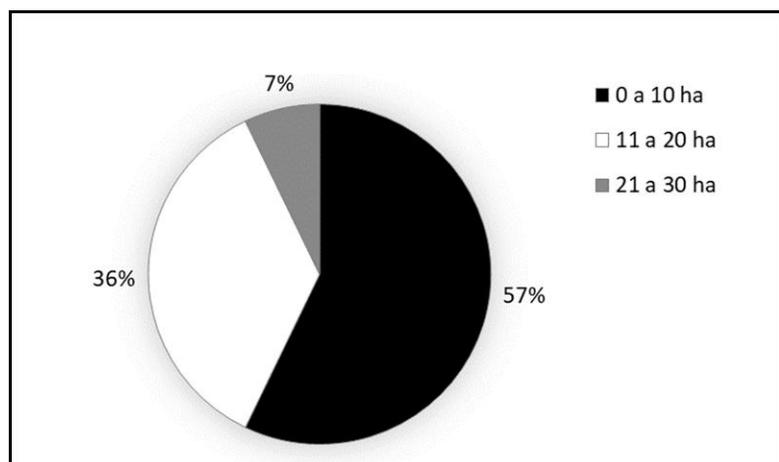
Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

A grande maioria das propriedades rurais associadas as cooperativas são da agricultura familiar, sendo que 13 cooperativas têm de 91-100% dos associados da agricultura familiar e somente uma cooperativa tem entre 31-50% dos seus associados da agricultura familiar.

No que diz respeito ao tamanho das propriedades rurais, podemos observar na Figura 6 que 57% das propriedades possuem de 0 a 10 hectares, 36% de 11 a 20 hectares e apenas 7% das propriedades possui de 21 a 30 hectares, ou seja, a grande maioria de das propriedades são de pequeno porte.

A maioria dos agricultores (71%) possui entre 41 e 65 anos e 29% entre 27 e 40 anos. O envelhecimento da população rural é um problema muito grave principalmente na agricultura familiar, pois este tipo de agricultura se reproduz socialmente por meio da sucessão (passagem dos negócios dos pais para os filhos sucessores) e pela herança (passagem do patrimônio entre os sucessores e demais filhos) (GASSON; ERRINGTON, 1993). Logo, o perfil etário das famílias, caracterizado por pessoas mais velhas, é um indicativo da falta sucessão. Neste sentido, as cooperativas manifestaram preocupação com falta de sucessão entre seus associados.

Figura 6 – Tamanho das propriedades rurais



Fonte: Elaborado pelos autores (2020)

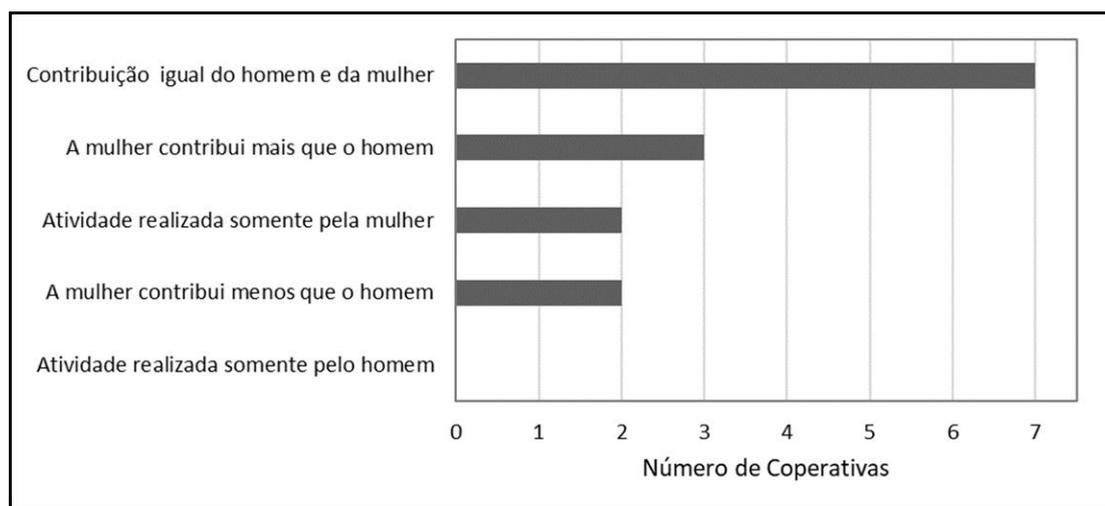
A maioria dos agricultores (71%) possui entre 41 e 65 anos e 29% entre 27 e 40 anos. O envelhecimento da população rural é um problema muito grave principalmente na agricultura familiar, pois este tipo de agricultura se reproduz socialmente por meio da sucessão (passagem dos negócios dos pais para os filhos sucessores) e pela herança (passagem do patrimônio entre os sucessores e demais filhos) (GASSON; ERRINGTON, 1993). Logo, o perfil etário das famílias, caracterizado por pessoas mais velhas, é um indicativo da falta sucessão. Neste sentido, as cooperativas manifestaram preocupação com falta de sucessão entre seus associados.

4.1 Participação das mulheres nas cooperativas

Quando questionadas sobre a importância da mulher nas atividades agrícolas que são desenvolvidas pelos associados, sete cooperativas responderam que a participação da mulher ocorre de forma igual a do homem, três cooperativas responderam que a mulher tem mais participação nas atividades agrícolas que o homem, duas responderam que a atividade agrícola é realizada somente pela mulher, e duas cooperativas responderam que a mulher participa menos que o homem (Figura 7).

Embora as cooperativas reconheçam a importância da mulher no desenvolvimento das atividades agrícolas, a participação delas nas decisões da cooperativa é relativamente pequena.

Figura 7 - Importância da mulher nas atividades agrícolas desenvolvidas pelos associados



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Conforme a Figura 8, em 13 cooperativas, a atividade mais desempenhada pelas mulheres é a produção hortifrutigranjeiros, que também é a atividade mais importante para as cooperativas (como pode ser observado na Figura 4).

Já a agroindústria está presente em 10 cooperativas, se mostrando como uma importante atividade para as mulheres. Niclele e Waquil (2011) em sua pesquisa encontraram que em 79% das agroindústrias pesquisadas as mulheres são responsáveis pelo seu gerenciamento, ou seja, a agroindústria fica sob responsabilidade das mulheres e sem elas, segundo os entrevistados, as agroindústrias nem teriam iniciado suas atividades.

Da mesma forma, na Figura 4 a agroindústria mostrou ser uma importante atividade para a industrialização dos principais produtos produzidos pelas cooperativas como panificados, geleias, doces e produtos lácteos.

A atividade leiteira também se destacou entre as mulheres, com sete citações pelas cooperativas. A produção de leite é uma das poucas atividades

agropecuárias que garante renda mensal aos agricultores (as), por isso possui uma grande importância (SCHMITZ, 2014).

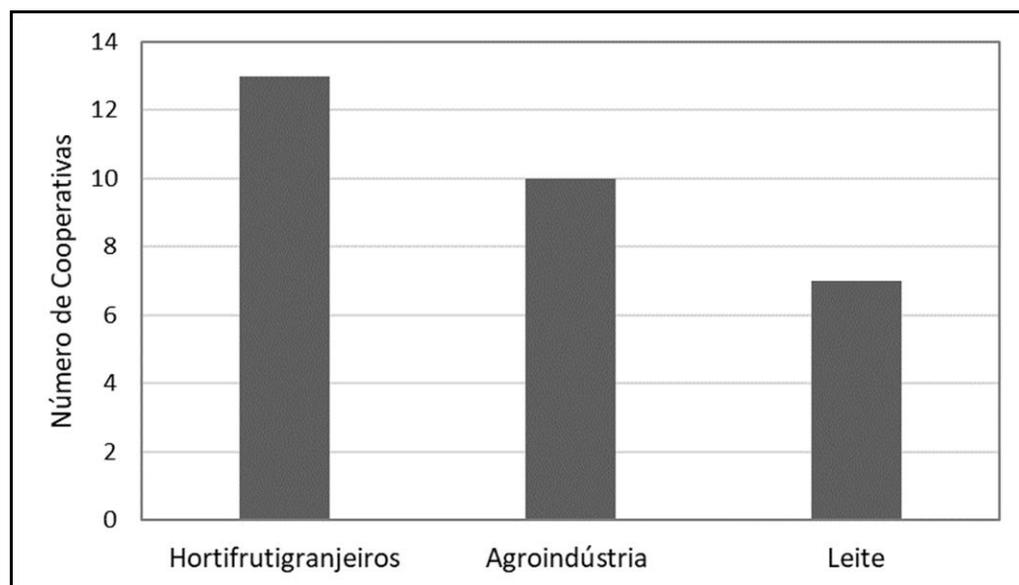
De acordo com estudo realizado por Deser (1996), na região Sul do Brasil as mulheres são responsáveis pela maioria do trabalho na produção de leite, porém elas não participam das tomadas de decisão (venda, assistência técnica etc.), não recebem remuneração, e não participam de funções sindicais e assembleias.

Segundo a FAO (2012), as mulheres são responsáveis por mais da metade da produção de alimentos que chegam às mesas em todo o mundo, e em países menos desenvolvidos há maior presença delas na economia agrícola – mais de 70% das mulheres economicamente ativas trabalham na agricultura.

Em Santa Catarina, as atividades produtivas com maior participação das mulheres são bovinocultura de leite, olericultura, suinocultura, turismo rural, agroecologia, pesca, maricultura e agroindústria (SCHWENGBER, 2018).

Apesar do protagonismo feminino nas atividades mais importantes desenvolvidas pela cooperativa, como pode ser observado na Figura 8, sua atuação nas instâncias decisórias da cooperativa permanece insuficiente.

Figura 8 – Atividades produtivas nas quais a mulher se destaca



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

A Tabela 5 demonstra que a participação no conselho fiscal é em grande maioria composta por homens (nove cooperativas), sendo que em três cooperativas a participação de homens e mulheres ocorre de forma igual e em apenas uma cooperativa a participação da mulher é maior que a do homem.

O mesmo ocorre quando analisamos a participação no conselho administrativo (Tabela 5), composto majoritariamente por homens (10 cooperativas), em 3 cooperativas a participação de homens e mulheres ocorre com a mesma frequência, e em nenhuma cooperativa a participação feminina se sobressai a masculina.

Tanto no conselho fiscal quanto no administrativo, a participação masculina média é duas vezes superior à das mulheres (Tabela 5).

Tabela 5 – Participação de homens e mulheres no conselho fiscal e administrativo

Cooperativas	Conselho Fiscal (%)		Conselho Administrativo (%)	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
1	60,00	40,00	50,00	50,00
2	50,00	50,00	55,55	44,44
3	66,66	33,33	71,42	28,57
4	83,33	16,66	50,00	50,00
5	100,00	0,00	83,33	16,66
6	83,33	16,66	71,42	28,57
7	66,66	33,33	85,71	14,28
8	83,33	16,66	71,42	28,57
9	50,00	50,00	75,00	25,00
10	33,33	66,66	50,00	50,00
11	66,66	33,33	83,33	16,66
12	50,00	50,00	72,72	27,27
13	75,00	25,00	75,00	25,00
Média	66,79	33,20	68,84	31,15

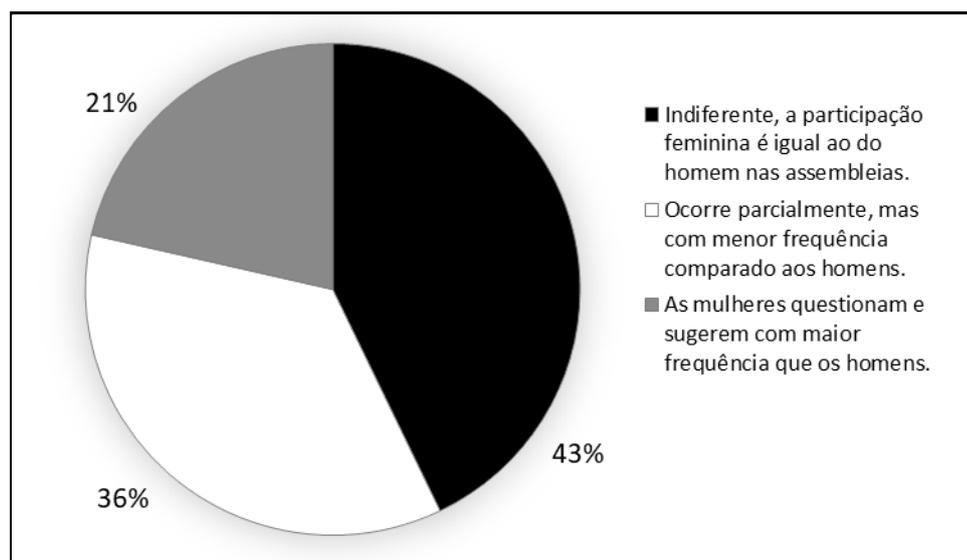
Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Nota: uma cooperativa não compartilhou esta informação

A participação das mulheres nas assembleias, para a grande maioria das cooperativas é menor que 30% dos presentes (total de participantes), somente para três cooperativas a participação feminina nas assembleias é superior a 30%. Portanto, as decisões são tomadas pelos homens, presentes em proporção de pelo menos 70%.

Já a participação das mulheres nas discussões realizadas nas assembleias (Figura 9), ocorre de forma equivalente ou com menor frequência (para 11 cooperativas), ou seja, as opiniões e perguntas são majoritariamente masculinas, o que corrobora com os dados de participação em assembleia. Somente três cooperativas consideram que as mulheres participam mais nas discussões que os homens, conforme podemos observar na Figura 9.

Figura 9 – Participação da mulher nas discussões realizadas durante a assembleia geral



Fonte: elaborado pelos autores (2020)

Apenas duas cooperativas se destacaram quando consideramos concomitantemente presença e participação das mulheres nas discussões apresentadas nas assembleias gerais (igual ou superior a masculina). Estas duas cooperativas se caracterizam pela prevalência de atividades relacionadas a agroindústria e a produção de leite e hortaliças. Os principais canais de comercialização são os mercados institucionais (PNAE e PAA) e as feiras livres. A receita anual varia entre duzentos mil reais a quatro milhões de reais. Considerando os empreendimentos

estudados, uma cooperativa com receita relativamente baixa e outra com receita relativamente alta (Figura 1).

No entanto, o número de mulheres associadas não excede o número de homens, variando entre 30 e 50% de mulheres. O que indica que a participação das mulheres não requer somente atenção ao quadro social da cooperativa, mas também ações que promovam a formação de lideranças e o engajamento nas instâncias de tomada de decisão produtiva (no estabelecimento rural) e gerenciais (p.ex. conselhos fiscal e administrativo). Talvez o seu principal diferencial esteja no fato de que ambas as cooperativas reconhecem a importância da mulher e desenvolvem atividades com foco na participação feminina. Alguns exemplos incluem atividades relacionadas ao cultivo e uso de plantas medicinais, cursos de capacitação técnica e coletivos femininos. Atividades similares são desenvolvidas em outras duas cooperativas, com efeitos ainda limitados sobre a participação das mulheres.

Apesar da importância da mulher nas etapas produtivas (dentro do estabelecimento rural), sua participação permanece limitada na maioria das cooperativas estudadas. Segundo De Melo (2010), o não reconhecimento da mulher como agricultora familiar, além de contribuir para a sua exclusão também dificulta a sua inserção nos espaços de poder e decisão. Reconhecer a mulher como trabalhadora rural, tanto no âmbito da família, como no espaço público, significa romper uma barreira histórica e cultural, construída a partir da divisão sexual do trabalho. Não considerar a mulher agricultora familiar nos espaços de tomada de decisão como as cooperativas é caminhar na contramão do desenvolvimento rural sustentável, pois as mulheres são participantes ativas das atividades produtivas e reprodutivas realizadas nas propriedades. Portanto é fundamental o desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam a participação das mulheres nas instancias de decisão e explorem suas potencialidades (GRADE e BASSO, 2019).

A ausência (de estratégias cooperativas para promoção da mulher compromete não somente a autonomia e o empoderamento da mulher, mas também o desenvolvimento da cooperativa. Em cada propriedade rural associada a cooperativa,

na sua grande maioria, existe uma família, composta por homens e mulheres, nas quais a mulher desempenha papel de protagonismo nas atividades relevantes para cooperativa.

Ao não reconhecer a importância da mulher para a cooperativa, nas discussões e tomadas de decisão relativas ao trabalho que elas desenvolvem, a cooperativa deixa de reconhecer seu principal capital, que é a mulher.

5 CONCLUSÕES

Os resultados indicam que a participação das mulheres na gestão da cooperativa, seja no conselho de administração, fiscal ou na assembleia geral é relativamente pequena. A frequência média de homens nestas instâncias da cooperativa é aproximadamente duas vezes superior às mulheres.

Apesar da baixa participação feminina, as cooperativas reconhecem que as mulheres são as principais responsáveis pelas atividades econômicas desenvolvidas, com destaque para agroindústria, produção de hortaliças e leite. A clara contradição entre o papel da mulher na etapa produtiva (no estabelecimento rural) e decisória (na cooperativa) é um indicativo da desigualdade de gênero nas cooperativas da agricultura familiar estudadas.

Em apenas duas cooperativas (14% dos empreendimentos estudados) a participação das mulheres foi equivalente ou superior aos homens. Estes empreendimentos se destacam pelo reconhecimento da importância da mulher e pela implementação de ações voltadas ao empoderamento feminino dentro da cooperativa (p.ex. atividades educacionais e capacitação técnica).

Adicionalmente, os resultados apontam para necessidade de incluir as mulheres nos processos de gestão e tomada de decisão dentro dos estabelecimentos rurais (não apenas como trabalhadoras), o que deve reverberar também nas cooperativas da agricultura familiar. A literatura sobre cooperativismo apresenta bons exemplos de como as cooperativas podem fomentar a participação das mulheres nestas etapas. A

Coomafitt, localizada no litoral do Rio Grande do Sul, desenvolve e implementa constantemente políticas de gênero para incentivar a autonomia produtiva e econômica das mulheres, além do estabelecimento de espaços de formação (para mulheres e jovens) para promoção de alternativas de renda (turismo rural, agroindustrialização) e de confraternização (DUARTE *et al.* , 2021). Tais exemplos podem servir de modelo ao desenvolvimento de programas voltados ao enfrentamento da desigualdade de gênero.

Finalmente, novas pesquisas são necessárias para aprofundar sobre os elementos causais mais relevantes para promoção da participação das mulheres em cooperativas agropecuárias. E de que forma podem ser utilizados na formulação de estratégias capazes de aumentar a presença feminina nas instâncias decisórias da cooperativa.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Seminário Nacional de Assistência Técnica e extensão Rural, 1997, Brasília, DF. GIPAF. **Uma nova extensão para a agricultura familiar-anais. Brasília: PNUD**, 1997.

AIMTR-SUL. **Nenhuma Trabalhadora Rural Sem Documento**. Cartilha de formação. n. 1, agosto de 1994.

ALLEN, Kerrie Elizabeth. The social space (s) of rural women. **Rural Society**, v. 12, n. 1, p. 27-44, 2002.

AMORIM, Luci Suzana Bedin; STADUTO, Jefferson Andronio Ramundo. Desenvolvimento territorial rural: a agroindústria familiar no oeste do Paraná. **Revista de Economia Agrícola**, São Paulo, v. 55, n. 1, p. 15-29. 2008. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/publicar/REA1-0708a2.pdf>.

ARZABE, Cristina; PONTES, Alice Gouveia; SOUSA, Nylman Corrêa Isaac; ABREU, Débora dos Santos Barcellos de. Esforços para a igualdade de gênero no mundo, no Brasil e na Embrapa. *In*: ARZABE, Cristina; COSTA, Valéria Cristina (Org.). **Igualdade de gênero**. Brasília: Embrapa, 2018.

BALDISSARELLI, Juciele Marta; HULSE, Levi; KLAES, Luiz Salgado. A inserção das mulheres no cooperativismo videirense. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 80-94, 2018.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese**, vol. 2 n.º 1, p. 68-80, 2005.

BRANDTH, Berit. Agricultural body-building: Incorporations of gender, body, and work. **Journal of Rural Studies**, vol. 22, n. 1, p. 17-27, 2006.

BRASIL. Fundo Nacional de desenvolvimento da Educação. Merenda escolar. **Brasília: FNDE**, 2014. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br>.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Lei 13.987 de 07 de abril de 2020**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.987-de-7-de-abril-de-2020-251562793>.

BRASIL. **Lei Nº 11.326, De 24 De Julho De 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm.

BRASIL. **Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016**. Conselho Nacional de Saúde. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>.

CHAYANOV, Alexander. **A teoria das cooperativas camponesas**. Porto Alegre: UFRGS, 2017.

DA CUNHA, Marcia Borin *et al* . As mulheres na ciência: o interesse das estudantes brasileiras pela carreira científica. **Educación química**, v. 25, n. 4, p. 407-417, 2014.

DE MELO, Lígia Albuquerque. A mulher agricultora: relação íntima com a água. **Encontro Internacional Fazendo Gênero**, v. 9, 2010.

DE MELO, Paulo César Tavares; VILELA, Nirlene Junqueira. **Importância da cadeia produtiva brasileira de hortaliças**. In: 13º Reunião Ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Hortaliças. Brasília: MAPA, 2007.

DE HEREDIA, Beatriz Maria Alásia; CINTRÃO, Rosângela Pezza. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, n. 8, p. 1-28, 2012.

DESER – CEMTR. Departamento Sindical de Estudos Rurais. Comissão Estadual de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Paraná. **Gênero e Agricultura Familiar: cotidiano de vida e trabalho na produção de leite**. 1. ed. Curitiba, 1996.

DE OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery *et al* . Cooperação e empoderamento feminino: análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) em uma cooperativa agrária no Paraná: Cooperation and female empowerment: analysis of the Gender Empowerment and Development Index (IEDG) in an agrarian cooperative in Paraná, Brazil. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 26, n. 3, p. 630-655, 2018.

DUARTE, Juliane Salapata; JUSTIN, Bruno Engel; SOUZA, Allan; GRISA, Catia; BOLTER, Jairo. “Reinvenção” e inclusão socioprodutiva a partir dos mercados alimentares digitais no Litoral Norte do Rio Grande do Sul. *In*: NIEDERLE, Paulo; SCHNEIDER, Sergio; CASSOL, Abel. **Mercados alimentares digitais: inclusão produtiva, cooperativismo e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2021. (p. 128)

ESTEVAM, Dimas de Oliveria; MARCOLINO, Julia; LANZARINI, Joelcy José Sá; MADEIRA, Kristian. Cooperativismo virtual: o caso da cooperativa de produção agroindustrial familiar de Nova Veneza (COOFANOVE), Santa Catarina. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 28, n. 2, p. 485-507, 2011.

FAO. Food and Agriculture Organization. A importância das mulheres rurais no desenvolvimento sustentável do futuro. 2017. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1238916/>.

FARIAS, Cleusa Maria; GIL, Marcelo Freitas. **Cooperativismo**. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Técnico Industrial de Santa Maria; Rede e-Tec Brasil, 2013.

FERREIRA, Marco Aurélio Marques; BRAGA, Marcelo José. Diversificação e competitividade nas cooperativas agropecuárias. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 8, n. 4, p. 33-55, 2004.

FERRARI, Dilvan Luiz ; MELLO, Márcio Antioio de; TESTA, Vilson Marcos; SILVESTRO, Milton Luiz. Agricultores familiares, exclusão e desafios para inserção econômica na produção de leite em Santa Catarina. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 35, n. 1, p. 22-36, 2005.

GASPARETO, Sirlei Antoninha Kroth. **As jovens do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC): trabalho, família e projetos de vida**. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

GASSON, Ruth.; ERRINGTON, Andrew. **The farm family business**. Wallingford: Cab International, 1993.

GASSON, Ruth.; SHAW, A e WINTER, M. **Characteristics of farm household pluriactivity in East and Mid Devon**. Center for Rural studies. Cirencester, 1992

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio; SCHNEIDER, Sergio. Qual "fortalecimento" da agricultura familiar?: uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, 2013.

GIANEZINI, Miguelangelo. O cooperativismo e seu papel no processo de desenvolvimento local: experiências no médio norte de Mato Grosso. **Economia Solidária e Ação Cooperativa-ESAC**, v. 5, n. 1, p. 37-50, 2010.

GRADE, Maíra Soalheiro; BASSO, Dirceu. O cooperativismo enquanto instituição para o enfrentamento à desigualdade de gênero no meio rural. **Orbis Latina**, v. 9, n. 1, p. 157-171, 2019.

KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise ; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009.

IBGE - **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Censo Agropecuário de 2017. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/3096/agro_2017_resultados_definitivos.pdf.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de gênero: uma análise dos resultados do censo demográfico 2010**. Coordenação de população e indicadores sociais. Brasília, 2014.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Brasília, v. 2, 2018.

LAUSCHNER, Roque. **Cooperativismo e agricultura familiar**. Mimeo, p. 7. 1994.

LEAL, Adriana Ribeiro; COTRIM, Décio. **A Inserção das Mulheres no Cooperativismo: estudo de caso COOMAFITT**. Emater RS, 2013. Disponível em: http://www.emater.tche.br/site/arquivos_pdf/teses/Adriana%20Leal.pdf.

MAIA, Marta Andrade; ALVES, Daniela Cristina. Cooperativismo e Agricultura Familiar: um estudo de caso. **Revista de Administração IMED**, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.

MARCONE, Stefânia. Gênero e igualdade: estratégia e desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo. **Relatório final I Fórum Nacional de Gênero, Cooperativismo e Associativismo**. Brasília. p. 23-38, 2009.

MATTEI, Lauro. O papel e a importância da agricultura familiar no desenvolvimento rural brasileiro contemporâneo. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 45, n. 5, p. 83-92, 2014.

MARTINS, Vagner Azarias; MARGARIDO, Mario Antonio; BUENO, Carlos Roberto Ferreira. Alteração no perfil de compra de frutas, legumes e verduras nos supermercados e feiras livres na cidade de São Paulo. **Informações Econômicas**, v. 37, n. 2, p. 30-37, 2007.

MIOR, Luiz Carlos. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 338 p. 2005.

NETO, Sigismundo Bialoskorski; NAGANO, Marcelo Seido; DA COSTA MORAES, Marcelo Botelho. Utilização de redes neurais artificiais para avaliação socioeconômica: uma aplicação em cooperativas. **Revista de Administração-RAUSP**, v. 41, n. 1, p. 59-68, 2006.

NEUMANN, Pedro Selvino *et al* . A agroindústria familiar de vinho na região da quarta colônia do Rio Grande do Sul. *In: Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção, 7.*, 2007, Fortaleza. **Anais [...]** Fortaleza: Agricultura Familiar, Políticas Públicas e Inclusão Social, 2007.

NICHELE, Fernanda Severo; WAQUIL, Paulo Dabdab. Agroindústria familiar rural, qualidade da produção artesanal e o enfoque da teoria das convenções. **Ciência Rural**, v. 41, n. 12, p. 2230-2235, 2011.

NOVELLINO, Maria Salet Ferreira. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. *In: XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú. Anais [...]* Caxambú, 2004.

OCESC. **Prestação de contas e relatório de atividades**. Florianópolis, 2018.

OCESC. **Consolidado do Sistema Cooperativo Catarinense**. Números. Florianópolis, 2022.

OIT, Organização internacional do Trabalho. Perspectivas sociales y del empleo en el mundo: tendencias del empleo femenino Tendencias. 75 p. 2017. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/dgreports/inst/documents/publication/wcms_557080.pdf.

PAULILO, Maria Ignez. Movimento de Mulheres Agricultoras: terra e matrimônio. *In*: PAULILLO. M. I. SCHMIDT, Wilson.(org.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Fpolis:Editora da UFSC, 2003.

PAULILO, Maria Ignez. O peso do trabalho leve. **Revista Ciência Hoje**, v. 5, n. 28, p. 64-70, 1987.

PEREIRA, Viviane; BRITO, Tayrine; PEREIRA, Samanta. A feira-livre como importante mercado para a agricultura familiar em Conceição do Mato Dentro (MG). **Revista Ciências Humanas**, v. 10, n. 2, 2017. Disponível em: <https://www.rchunitau.com.br/index.php/rch/article/view/383/239>. Acessado em: 09 fev. 2021.

Pires, M. L. L. S. O Cooperativismo agrícola como uma forma de neutralizar as desvantagens competitivas da agricultura familiar. Em análise a Coopercaju. *In*: **XXXIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Caxias do Sul, RS, Brasil, 2010.

PRESNO, Nora. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 9, n. 2, p. 119-144, 2001.

REISDORFER, Vitor Kochhann. **Introdução ao cooperativismo**. Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 2014.

RIGOLIN, Camila Carneiro Dias; HAYASHI, Carlos Roberto Massao; HAYASHI, M. C. P. I. Métricas da participação feminina na ciência e tecnologia no contexto dos INCTs: primeiras aproximações. **Liinc em Revista**, v. 9, n. 1, p. 143- 170, maio 2013.

SABOURIN, Eric. Associativismo, Cooperativismo e Economia solidária no meio rural. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares, Núcleo de Estudos Avançados, v. 6. n. 23, 2006.

SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; ESTEVAM, Dimas de Oliveira; FELIPE, Daiane Fernandes. Mulheres em cooperativas rurais virtuais: reflexões sobre gênero e subjetividade. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 34, n. 2, p. 390-405, 2014.

SCHMITZ, Aline Motter. **O trabalho das mulheres agricultoras familiares na atividade leiteira**. Dissertação de Mestrado (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão, 2014.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. SciELO-Editora da UFRGS, 2003.

SCHWENGBER, Isabela. Mulheres no comando. **Agropecuária Catarinense**, v. 31, n. 1, p. 20-26, 2018.

SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). **Segurança Alimentar e Nutricional**, v. 18, n. 2, p. 13-32, 2011.

SILVA, Carolina Braz de Castilho; SCHNEIDER, Sérgio. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. Gênero, trabalho rural e pluriatividade. In: SCOTT, Parry; CORDEIRO, Rosineide; MENEZES, Marilda (Org.). **Gênero e geração em contextos rurais**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2010.

SILVA, Emanuel Sampaio *et al.* Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista uniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SILVA, Monica Nardine *et al.* A agricultura familiar e os circuitos curtos de comercialização de alimentos: estudo de caso da feira livre do município de Jaguarão, RS, Brasil. **Revista Espacios**, v. 38, n. 47, 2017.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. O valor (do) casamento na agricultura familiar. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 253-267, 2004.

SUÁREZ, Nelly del Carmen. Procesos y dinámica rurales. Una lectura desde el enfoque de género. **Revista Luna Azul**, 27, 94-103, 2008.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. Demanda de Produtos da Agricultura Familiar e Condicionantes para a Aquisição de Produtos Orgânicos e Agroecológicos pela Alimentação Escolar no Sudoeste do Estado do Paraná. Demand for products from family farms and conditions for the acquisition. **Revista Nera**, n. 31, p. 91-110, 2016.

UNDP. **Transformando Nosso Mundo**. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. v. 15, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf.

WESZ JR., Valdemar João; TRENTIN, Iran Carlos Lovis; FILIPPI, Eduardo Ernesto. Os reflexos das agroindústrias familiares para o desenvolvimento das áreas rurais no Brasil. In: Congresso Internacional de la RedSIAL. **Anais [...]** Mar del Plata, 2008.

Contribuições de autoria

1 – João Guilherme Leite

Doutor em Sistemas de Produção Agrícola

<https://orcid.org/0000-0002-0991-3602> - joao.leite@uffs.edu.br

Contribuição: Conceitualização, Redação – revisão e edição, Metodologia

2 – Luana Koling Lorenzi

Graduanda em Agronomia

<https://orcid.org/0009-0009-0932-3942> - luanalorenzi23@gmail.com

Contribuição: Redação – rascunho original, Curadoria de dados

Como citar este artigo

LORENZI, L. K.; LEITE, J. G. D. B. Participação das mulheres em cooperativas da agricultura familiar em Santa Catarina. **Revista de Gestão e Organizações**

Cooperativas, Santa Maria, v.9, n18, e11, 2022. DOI 10.5902/2359043266716.

Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2359043266716>.